

Bolsonaro tem melhora no quadro de saúde e sai da UTI

Enquanto isso, PF abre processo que pode expulsar seu filho Eduardo

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Beatriz Matos

Internado desde a última sexta-feira (13), o ex-presidente Jair Bolsonaro teve melhora no seu quadro de saúde nesta segunda-feira (16). Bolsonaro deixou a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e foi transferido para uma unidade semi-intensiva após apresentar recuperação clínica e laboratorial.

Bolsonaro havia sido internado com infecção pulmonar e pneumonia bacteriana bilateral decorrente de broncoaspiração. Segundo a equipe médica, nas últimas horas houve melhora nos marcadores inflamatórios e recuperação da função renal, o que permitiu reduzir o nível de monitoramento. Apesar da evolução, ainda não há previsão de alta hospitalar. Há uma expectativa de que o ex-presidente fique no hospital por pelo menos mais sete dias.



Bolsonaro está internado desde sexta-feira no DF Star

Eduardo

Enquanto Bolsonaro tem quadro de melhora, seu filho, o ex-deputado Eduardo Bolsonaro, enfrenta processo que pode levá-lo à expulsão da Polícia Federal, onde é escrivão.

Vivendo nos Estados Unidos (EUA) há pouco mais de um ano, Eduardo Bolsonaro se descreve nas redes sociais como “advogado, PF e ex-parlamentar hoje exilado nos EUA”.

A menção à Polícia Federal chama atenção porque, na prática,

ele deveria estar exercendo a função de escrivão da corporação — cargo para o qual foi aprovado em concurso público — desde que perdeu o mandato na Câmara dos Deputados, em dezembro do ano passado.

Após a cassação do mandato, a própria Polícia Federal (PF) determinou o retorno imediato de Eduardo às atividades na corporação. O ato declaratório publicado no Diário Oficial estabeleceu a cessação

do afastamento para exercício de mandato eletivo a partir de 19 de dezembro de 2025. Como não ocupa mais cargo político, a partir daquela data ele deveria ter reassumido a função policial.

Eduardo Bolsonaro perdeu o mandato de deputado federal por excesso de faltas às sessões deliberativas da Câmara. Pela Constituição, parlamentares que deixam de comparecer a mais de um terço das

sessões podem ser cassados. No caso dele, foram 56 ausências em um total de 71 sessões realizadas ao longo do ano, o equivalente a cerca de 79% das votações.

Antes disso, o então deputado já estava fora do país. Em fevereiro de 2025, viajou para os Estados Unidos e pediu licença do mandato. O afastamento terminou em julho, mas ele não retornou ao Brasil e continuou acumulando faltas. Em setem-

bro, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), chegou a rejeitar a indicação de Eduardo para liderar a minoria na Casa, alegando que não é possível exercer o mandato parlamentar estando fora do território nacional.

Processo

Sem o mandato e sem retornar à função policial, a ausência de Eduardo passou a ser contabilizada como falta injustificada. Diante da situação, a PF instaurou ainda em janeiro um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para apurar possível abandono de cargo.

Nesta segunda-feira (16), a corporação notificou formalmente o ex-deputado para que apresente defesa no procedimento. O despacho aponta que ele está “em lugar incerto e não sabido” e estabelece prazo de 15 dias para manifestação, sob pena de revelia.

Paralelamente, a PF também pediu autorização ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para compartilhar provas reunidas no Inquérito 4.995 com o processo disciplinar. A investigação, aberta em maio de 2025 a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), apura a atuação de Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos, incluindo declarações e articulações contra autoridades brasileiras.

Fachin manda recados ao STF em aula

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Da Redação

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, vem sofrendo com as recentes denúncias que envolvem o comportamento de colegas da Cortes, especialmente as relacionadas com a crise do Banco Master.

Nesse sentido, Fachin tem colecionado falas que são interpretadas como recados. O presidente do STF é favorável à criação de um Código de Ética para o STF e, inclusive, designou a tarefa de relatar o código à ministra Cármen Lúcia, que é também presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A ideia de criação do Código de Ética sofre resistência de ministros da Corte.

Nesta segunda-feira (16), em aula magna para estudantes de Direito de uma faculdade particular de Brasília, Fachin disse que juízes precisam ter um “compor-

tamento irrepreensível na vida pública e privada”. E acrescentou pontos que prega nas vedações que defende para o Código de Ética, como a “rejeição de presentes, benefícios ou vantagens”.

Imparcialidade

Fachin listou diretrizes colhidas a partir exemplos internacionais. Reforçou a necessidade de garantir a independência da função. Para tanto, afirmou, o juiz tem que manter clara a sua imparcialidade nos julgamentos. E criticou comportamentos que possam refletir “favoritismo, predisposição e preconceitos”.

A legitimidade das decisões, na visão de Fachin, não é “consequência da vontade das maiorias”, mas da “qualidade da fundamentação, do diálogo com argumentos contrários e da capacidade de enfrentar os pontos centrais do processo”.

Humildade

No que também pareceu outro recado, Fachin cobrou dos magistrados humildade. “Tribunais têm autoridade no âmbito do Direito, mas não têm o monopólio da sabedoria política”, disse o presidente do STF.

“Esse dilema não se resolve no plano teórico”, continuou Fachin. “Ele exige uma postura permanente de humildade institucional”. E completou: “A autocontenção não é fraqueza, é respeito à separação dos poderes, que é, em última análise, uma exigência constitucional”.

O ministro reforçou a necessidade do compromisso dos juízes com a “prudência e a reserva”. E disse que a Constituição “é um projeto inacabado”, que deve ser continuamente interpretado e defendido.



Fachin: juízes devem ter “comportamento irrepreensível”